

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.810 - DF (2019/0345029-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : VANESSA CARLA THINASSI PEREIRA
ADVOGADOS : PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF045000
LEANDRO PONTES AZEVEDO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF042127
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Agrava-se de decisão que não admitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal contra decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

O Presidente do Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial pelo óbice do Enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Contraminuta à e-STJ fl. 408.

Manifestação do Ministério Público Federal pelo não conhecimento ou pelo desprovimento do recurso às e-STJ fls. 425/428.

É o relatório. **Decido.**

Não merece conhecimento o agravo.

A decisão agravada não admitiu o recurso especial pelo óbice do Enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, o agravante, nas razões do presente inconformismo, não impugnou o referidos fundamento.

Vale destacar que, nos casos em que o recurso especial não é admitido com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida (AgRg nos Edcl no

Superior Tribunal de Justiça

Aresp n. 1.096.124/SP) demonstrando-se que outro é o entendimento jurisprudencial desta Corte (*ut*, AgInt no AREsp n. 1.566.560/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 19/2/2020)

Nesse contexto, aplica-se, por analogia, o disposto no enunciado n. 182 da Súmula do STJ. Nessa linha:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO.

1. A ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão de admissibilidade impede o conhecimento do respectivo agravo, nos termos do que dispõe a Súmula 182/STJ.

[...]

3. Agravo regimental a que se nega provimento. Concedido habeas corpus, de ofício, para declarar a prescrição da pretensão executória do agravante quanto ao crime do art. 90 da Lei n. 8.666/1993. (AgRg no Ag 1378279/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe 27/03/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator